IGREJA APOSTÓLICA ORTODOXA DA AMÉRICA

Na fé dos Apóstolos, no amor de Cristo.



OS CAMINHOS DA VIDA ESPIRITUAL ORTODOXA

CARTILHA VIII

A DIVINA PROVIDÊNCIA E O MISTÉRIO DO SOFRIMENTO

Fé, liberdade e esperança: fundamentos bíblicos, patrísticos e responsabilidade pastoral

Formação de catequistas, professores, ministros e candidatos às ordens sagradas

Propósito. Estudar a providência divina sem determinismo, reconhecer o caráter real e por vezes inexplicável do sofrimento, aprofundar a esperança pascal e aprender a acompanhar pessoas feridas com escuta, justiça e cuidado responsável.

1. O problema do sofrimento: uma pergunta que merece respeito

Diante de uma criança enferma, de uma tragédia ou de uma perda repentina, perguntas como “Onde estava Deus?” não são sinal automático de incredulidade. Elas também atravessam a história bíblica. Jó protesta, muitos salmos lamentam e Jesus, na cruz, faz sua a linguagem do Salmo 22 (Mc 15,34). A tradição ortodoxa não exige que o fiel esconda as lágrimas para parecer espiritualmente forte.

A questão do mal pode ser abordada pela filosofia, pela teologia, pelas ciências e pela experiência pessoal. Nenhuma fórmula curta responde a todos os casos. O objetivo pastoral não é vencer uma discussão, mas sustentar a verdade e a pessoa que sofre. Uma explicação prematura pode ferir tanto quanto o silêncio indiferente.

2. O que significa confessar a divina providência?

Providência é o cuidado sábio e amoroso de Deus que sustenta a criação e a dirige à sua finalidade última. O mundo não existe abandonado a si mesmo; sua realidade, porém, inclui processos naturais, liberdade criada, limites e acontecimentos que não controlamos. A providência não deve ser reduzida a um roteiro secreto em que Deus programou cada acidente e cada injustiça.

Jesus apresenta o Pai como aquele que conhece nossas necessidades (Mt 6,25–34) e, ao mesmo tempo, chama os discípulos a agir, buscar o Reino e praticar a justiça. Confiar na providência não dispensa procurar tratamento, trabalhar, prevenir riscos, denunciar crimes ou socorrer quem necessita. Deus não compete com as causas naturais nem anula nossa responsabilidade.

São João Damasceno distingue a vontade boa de Deus daquilo que é permitido em uma criação dotada de liberdade. Essa distinção é relevante, mas não autoriza afirmar que sabemos por que Deus permitiu um sofrimento concreto. O discernimento requer reverência diante do mistério.

3. Criação boa, condição ferida e limites humanos

O livro do Gênesis proclama a bondade da criação (Gn 1). A experiência histórica, contudo, revela um mundo atravessado por morte, conflitos, doenças e degradação. A tradição cristã relaciona a condição humana decaída ao pecado e à corrupção, sem afirmar que cada doença resulte de um pecado pessoal determinado.

Em João 9,1–3, Jesus recusa a relação automática entre deficiência e culpa individual. Lucas 13,1–5 igualmente impede concluir que vítimas de uma tragédia eram mais culpadas que outras pessoas. Portanto, não cabe ao sacerdote dizer a quem sofreu um acidente: “Deus o

castigou”, nem transformar diagnósticos médicos em sentenças morais.

4. Liberdade humana, mal moral e responsabilidade

O amor não é produzido por coerção. A capacidade humana de escolher torna possíveis a fidelidade, a criatividade e o serviço, mas também a mentira, a opressão e a violência. Os Padres frequentemente descrevem o mal moral como deformação ou privação do bem, não como uma substância rival de Deus.

Distinguir a providência divina da ação injusta dos seres humanos é decisivo. Uma agressão não deve ser atribuída à vontade de Deus; sua responsabilidade recai sobre quem a comete. A vítima precisa ser protegida, acolhida e, quando necessário, encaminhada à rede de saúde, às autoridades e à assistência jurídica.

A oração por quem pratica o mal não substitui os limites, a denúncia ou a reparação. Misericórdia e justiça não são inimigas: impedir a continuidade da violência é também um ato de amor.

5. Mal natural, enfermidades e a honestidade dos limites

Enfermidades, terremotos e desastres possuem dimensões biológicas, geológicas, ambientais e sociais que devem ser investigadas de modo competente. A teologia trata do sentido da existência diante dessas realidades, mas não substitui seus mecanismos causais por hipóteses sobrenaturais improvisadas.

A comunidade cristã presta verdadeiro serviço quando favorece vacinação e prevenção, acompanha tratamentos, contribui para a segurança e mobiliza ajuda diante de catástrofes. A Santa Unção, a confissão, a Eucaristia e a oração pelos enfermos podem sustentar espiritualmente uma pessoa sem prometer cura física garantida.

6. Jó: quando as explicações religiosas não consolam

O livro de Jó questiona a ideia de que prosperidade sempre recompensa a virtude e sofrimento sempre pune o pecado. Seus amigos oferecem interpretações aparentemente piedosas, mas pouco sensíveis à realidade do homem ferido. No desfecho, Deus censura a maneira como falaram a seu respeito (Jó 42,7).

Para o futuro ministro, esse livro ensina uma disciplina essencial: reconhecer o que não sabemos. É legítimo dizer “não conheço a razão desta dor”. A escuta atenta, a oração

pedida com respeito e a ajuda concreta podem ser mais fiéis ao Evangelho que um discurso confiante e equivocado.

7. Os salmos de lamentação e a oração verdadeira

Salmos 13, 22, 42 e 88 mostram que a oração pode conter angústia, perguntas, sensação de distância e até silêncio. O fiel não precisa transformar a dor em linguagem otimista para ser ouvido por Deus. A liturgia dá à comunidade palavras para chorar com aqueles que choram (Rm 12,15).

Acompanhamento espiritual responsável permite que a pessoa expresse tristeza e raiva sem humilhação. A atenção pastoral deve distinguir o lamento legítimo do risco clínico, buscando ajuda especializada quando houver desespero persistente, ideação suicida, confusão intensa ou incapacidade de autocuidado.

8. Cristo sofre conosco: a resposta da Encarnação e da Cruz

O cristianismo não apresenta um Deus distante observando a dor humana. O Filho eterno assume nossa humanidade, conhece a fadiga, a rejeição, o abandono e a morte. A cruz revela a solidariedade divina com as vítimas e denuncia a violência que a impôs. A Ressurreição manifesta que a morte não possui a última palavra.

Isso não significa glorificar o sofrimento nem aconselhar alguém a permanecer numa relação abusiva “para imitar Cristo”. O Senhor acolhe os feridos, cura quando pode ser reconhecida sua ação salvífica, enfrenta a injustiça e rompe os poderes da morte. Segui-lo inclui proteger a vida e restaurar a dignidade.

9. São Gregório de Nissa: crescimento e esperança

Em suas reflexões sobre a vida de Moisés, São Gregório de Nissa apresenta a caminhada para Deus como crescimento contínuo. O sofrimento pode revelar fragilidades, mas não se torna automaticamente instrumento pedagógico planejado por Deus. Em certas circunstâncias, a pessoa encontra, pela graça, força para amar novamente após uma perda.

É melhor afirmar “Deus pode sustentar e fazer nascer um bem mesmo no sofrimento” do que “Deus enviou essa dor para lhe ensinar”. A primeira formulação conserva esperança e humildade; a segunda presume conhecer a intenção divina e pode culpabilizar quem está sofrendo.

10. São Máximo, o Confessor: providência, liberdade e sinergia

São Máximo integra a liberdade criada à vocação de participação na vida de Deus. A salvação não elimina a vontade humana: ela é chamada a cooperar, pela graça, com o bem. Essa cooperação, chamada *sinergia*, não é uma negociação em condições iguais entre criatura e Criador, mas uma resposta livre ao amor que precede e sustenta a pessoa.

Na adversidade, a sinergia pode assumir gestos pequenos: aceitar apoio, buscar cuidados, alimentar-se, cuidar dos filhos, pedir perdão, denunciar uma injustiça ou continuar a rezar mesmo sem consolo sensível. Não se mede santidade pelo número de sofrimentos suportados.

11. O que São João Crisóstomo ensina sobre a misericórdia

São João Crisóstomo insiste na responsabilidade concreta diante da pobreza e das necessidades humanas, especialmente em suas homilias sobre o rico e Lázaro. O sofrimento do próximo não é um problema abstrato destinado a testar nossa capacidade de argumentação; é uma convocação à hospitalidade, à justiça e à partilha.

Uma paróquia que prega a providência e abandona os enfermos contradiz seu próprio anúncio. A atenção aos vulneráveis exige organização, prestação de contas,

voluntariado preparado e cooperação com serviços públicos e profissionais competentes.

12. Romanos 8,28: uma promessa que não pode ser manipulada

Paulo afirma que Deus coopera para o bem daqueles que o amam (Rm 8,28, conforme a tradução adotada). O contexto fala de gemidos da criação, esperança e ação do Espírito. O versículo não ensina que tudo o que acontece é bom, nem que o fiel deva agradecer pelo crime ou pela violência sofrida.

Deus pode conduzir a história à redenção sem aprovar os males que nela ocorrem. Em acompanhamento de luto recente, citar o versículo como explicação imediata costuma ser menos apropriado do que oferecer presença, escuta e ajuda material.

13. A esperança pascal diante da morte e do luto

Na tradição ortodoxa, o centro da esperança é Cristo ressuscitado. A ressurreição corporal e a renovação da criação constituem promessas que ultrapassam uma vaga ideia de sobrevivência da alma. O luto, entretanto, continua sendo experiência humana legítima: Jesus chorou diante do túmulo de Lázaro (Jo 11,35).

O ministro ajuda a família a celebrar os ofícios, recordar a pessoa falecida com dignidade e reorganizar a vida. Não deve anunciar datas, visões ou notícias privadas sobre o

destino eterno de alguém. A oração pelos falecidos expressa amor e entrega à misericórdia de Deus, não conhecimento de seus juízos ocultos.

14. A providência no século XXI: ciência, tecnologia e justiça

A confiança em Deus precisa conviver com medicina baseada em evidências, prevenção de desastres, responsabilidade ambiental e análise das desigualdades sociais. Muitas perdas são agravadas por decisões evitáveis: descaso sanitário, corrupção, violência doméstica e ausência de políticas de proteção.

Não se deve espiritualizar aquilo que requer ação política, técnica, jurídica ou comunitária. O cristão pode rezar e, simultaneamente, cobrar segurança, proteger dados pessoais, combater desinformação, usar tecnologia com ética e oferecer recursos a quem vive em vulnerabilidade.

Para catequistas e docentes, é importante separar as afirmações de fé — por exemplo, Deus sustenta a criação — das hipóteses sobre fenômenos verificáveis. A busca honesta da verdade é aliada, não inimiga, da responsabilidade cristã.

15. Presença pastoral: escuta, limites e encaminhamento

O primeiro gesto diante de quem sofre costuma ser perguntar: “Do que você precisa agora?” A pessoa pode desejar silêncio, companhia, alimento, ajuda com transporte, oração ou contato com sua rede familiar. O acompanhamento exige consentimento, privacidade e respeito às escolhas.

O sacerdote não deve diagnosticar transtornos, suspender tratamentos, exigir relatos íntimos, ameaçar com castigos divinos ou impor práticas ascéticas a pessoas enfermas. Em risco imediato de suicídio, violência ou incapacidade de se manter em segurança, deve-se acionar serviços de emergência ou proteção adequados. O sigilo pastoral é tratado segundo a disciplina eclesial e as obrigações legais aplicáveis.

A formação ministerial exige conhecer os limites das próprias competências. Encaminhar ao médico, psicólogo, assistente social ou órgão de proteção não é fraqueza espiritual: é prudência e amor efetivo.

16. Cinco situações de estudo pastoral

Caso 1 — Diagnóstico grave

Uma jovem pergunta se Deus a castigou com câncer. O orientador rejeita a associação entre doença e culpa, escuta seus medos, oferece acompanhamento litúrgico quando desejado e incentiva o tratamento com a equipe médica. Não promete cura nem interpreta exames.

Caso 2 — Luto inesperado

Um pai perde o filho num acidente. O catequista evita afirmar “era a vontade de Deus” ou “foi melhor assim”. Ajuda a organizar apoio imediato, respeita o tempo do luto e oferece oração quando acolhida.

Caso 3 — Violência doméstica

Uma fiel relata agressões e ouve de terceiros que deve suportá-las como sua cruz. O ministro afirma que a violência não é vocação cristã, prioriza sua segurança e de dependentes e facilita acesso aos serviços de proteção e orientação jurídica.

Caso 4 — Enchentes e destruição

Uma comunidade vê casas destruídas. Além das orações, organiza abrigo seguro, alimentos, prestação transparente de contas, acesso à saúde e cooperação com a defesa civil. Evita associar a catástrofe a um castigo coletivo.

Caso 5 — Crise de fé e desesperança

Um seminarista relata perda de sentido e insônia persistente. O formador acolhe sem punição, avalia necessidades imediatas de segurança, reduz cobranças desproporcionais e recomenda avaliação profissional, preservando suporte espiritual e autonomia.

17. Dez perguntas para formação e avaliação

1. O que é divina providência?

É o cuidado sustentador e orientador de Deus pela criação, sem anular a liberdade nem identificar todo acontecimento com sua vontade positiva.

2. Toda enfermidade é consequência de pecado individual?

Não. Jesus rejeita essa interpretação automática em João 9,1–3.

3. Qual a diferença entre mal moral e fenômenos naturais?

O primeiro envolve escolhas injustas; os segundos envolvem processos físicos, biológicos e ambientais, embora ações humanas possam agravar seus efeitos.

4. Por que Jó é importante para o pastor?

Porque ensina a desconfiar de explicações religiosas rápidas e a reconhecer os limites do próprio conhecimento.

5. Lamentar é falta de fé?

Não. Os salmos e a própria vida de Jesus mostram que o lamento pode integrar uma oração verdadeira.

6. A cruz legitima suportar violência?

Não. Seguir Cristo inclui defender a dignidade das vítimas e interromper a injustiça.

7. Qual é a esperança cristã diante da morte?

A ressurreição de Cristo, a ressurreição dos mortos e a comunhão com Deus, sem negar a dor do luto.

8. Providência dispensa a medicina?

Não. Prevenção, tratamento e apoio profissional são formas legítimas de cuidado com a vida.

9. Como oferecer consolação responsável?

Com presença, escuta, ajuda concreta, oração consentida e sem alegar conhecer os motivos secretos de Deus.

10. Que atitude identifica um ministro prudente?

A humildade para reconhecer limites, proteger vulneráveis, buscar ajuda especializada e servir sem coerção.

18. Proposta de trabalho para seminários e comunidades

Leitura orientada: distribuir Jó 1–2 e 38–42; Salmo 13; Lucas 13,1–5; João 9,1–3; Romanos 8,18–39 e João 11,17–44. Solicitar que cada participante identifique aquilo que o texto afirma, aquilo que não afirma e quais atitudes pastorais dele decorrem.

Exercício de escuta: em grupos de três, uma pessoa apresenta situação fictícia de perda, outra realiza acolhimento por cinco minutos sem explicações religiosas automáticas, e a terceira observa os momentos de escuta, respeito e encaminhamento. Depois, trocam-se os papéis.

Atividade de missão: mapear recursos locais de saúde, emergência, apoio social e proteção de crianças e adultos vulneráveis. Elaborar orientações claras e verificáveis para uso por ministros e voluntários.

19. Síntese doutrinária e pastoral

Deus não abandona sua criação. Sua providência não é fatalismo, nem autorização para a injustiça; permanece mistério maior que nossas interpretações. Em Cristo, a Igreja reconhece um Deus que conhece a dor humana e abre a esperança da Ressurreição. A liberdade pode ser usada para o bem ou para o mal, e por isso nossa resposta à graça deve incluir discernimento, justiça e caridade.

Para ministros e catequistas, a primeira fidelidade diante do sofrimento alheio é não acrescentar peso à pessoa ferida. A verdade evangélica deve ser anunciada com honestidade, e a misericórdia deve tornar-se cuidado concreto.

20. Oração final

Senhor Jesus Cristo, que conheceste a dor e venceste a morte, permanece junto dos que choram, dos enfermos, dos que têm medo e dos que perderam a esperança. Concede-nos discernimento para não confundir tua vontade com nossas suposições, coragem para enfrentar a injustiça e humildade para reconhecer nossos limites. Inspira em tua Igreja uma caridade concreta, que escute, proteja e acompanhe cada pessoa. Pelo Espírito Santo, fortalece-nos na esperança da Ressurreição, para a glória do Pai. Amém.

Referências bíblicas e patrísticas para aprofundamento

Sagradas Escrituras: Gênesis 1–3; Jó 1–2 e 38–42; Salmos 13, 22 e 88; Isaías 53; Lucas 13,1–5; João 9,1–3; João 11; Romanos 8,18–39; 1 Coríntios 15; Apocalipse 21,1–5.

São João Damasceno: *Exposição Exata da Fé Ortodoxa*, especialmente as passagens sobre providência, liberdade e vontade divina.

São Gregório de Nissa: *A Vida de Moisés*; textos sobre a condição humana e a esperança cristã.

São Máximo, o Confessor: *Capítulos sobre o Amor* e escritos sobre vontade, liberdade e vida virtuosa.

São João Crisóstomo: homilias sobre Lázaro e o rico, caridade e responsabilidade pelo próximo.

Nota metodológica: as apresentações patrísticas nesta cartilha são sínteses de estudo, não citações literais. As referências bíblicas são indicadas por livro, capítulo e versículo, e devem ser conferidas na tradução usada em cada comunidade.

IGREJA APOSTÓLICA ORTODOXA DA AMÉRICA

Na fé dos Apóstolos, no amor de Cristo.

www.iaoa.com.br · Coleção de formação teológica e pastoral · 2026

Edição para estudo, revisão e aprovação eclesiástica.